

## **ACTA DA DÉCIMA ASSEMBLEIA DA COMUNIDADE URBANA DA LEZÍRIA DO TEJO (CULT)**

--- Aos vinte e quatro dias do mês de Abril do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, reuniu-se a Assembleia da CULT, Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, na sequência de Convocatória efectuada ao abrigo do disposto na alínea a), do nº 2, do artº 14º, da Lei 10/2003, de 13 de Maio e de acordo com a Ordem do Dia, antecipadamente divulgada junto de todos os seus deputados. -----

-----  
--- Os respectivos trabalhos tiveram início pelas 21 horas, tendo a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS)**, dado as boas vindas a todos os presentes, sendo eles: José Manuel Bento Sampaio (Vice-Presidente da Mesa), Manuel Correia Nunes (Vice-Presidente da Mesa), Carlos Alberto Salvador Pernes, Armindo Castelo Bento, Hélder Nuno Jesus Cruz de Oliveira Pombo, José Luís Marques Cabrita, José Joaquim de Jesus Braz, Bruno Miguel Lince Mariano Medinas, Manuel Santos Coelho, Luísa Pinheiro Portugal, António José Rodrigues, Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias, Carlos Manuel Luís Catalão, Carlos Manuel Russo Mota, Maria Margarida Avelar Santos Nunes Netto, Luís Manuel Leandro da Silva, José Francisco Dias Nunes, Rui Augusto Nabais, Rogério Mendes Coito, João Miguel Gonçalves Lopes, Carlos José Pratas da Silva, Júlio do Carmo Cabecinha Rosado, Paulo Martinho da Costa Ramalho Cardoso, em substituição de António Pratas Cardoso, Dúnia Rosale E. Viegas da Palma, em substituição de Vera Lúcia Pedro Coelho Santos Veríssimo Noronha, Célia Maria Azevedo Reis, em substituição de João Pedro Antunes Osório e Francisco Colaço, em substituição de Pedro Filipe de Oliveira Soares Malaca.---

--- Faltaram à reunião os seguintes membros: António José Pereira Góis dos Santos Nascimento, António Jesus Cunha, António Mário Valada Rodrigues Figueiredo, Isabel Maria Pinto de Almeida, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Fernando Manuel Duarte dos Santos, Jaime Manuel Teodoro Santos e

António Maria de Almeida Calão Maia.-----

--- Foi a seguinte a Ordem de Trabalhos da Sessão:-----

**Período «Antes da Ordem do Dia»**-----

**Período da «Ordem do Dia»:**-----

1 – Apreciação da Actividade da Comunidade Urbana;-----

2 – Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas,  
referentes ao ano de 2006.-----

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--- A senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS)**, deu início à presente sessão, dando as boas vindas aos presentes. Antes de dar início ao Período Antes da Ordem do Dia, a senhora Presidente lembrou a data de 25 de Abril, dizendo que esta é uma data que marca todos, independentemente da idade. Lembrou que muitos dos presentes na sessão tiveram, antes do 25 de Abril, uma intervenção muitas vezes na clandestinidade, que constituiu um contributo para que a ditadura pudesse ser deposta e para que pudesse ser implementada a democracia no nosso país. Por isso mesmo, a senhora Presidente quis saudar a data e também saudar todos aqueles que com Salgueiro Maia saíram de Santarém e, rumo a Lisboa, deram início a um movimento que já vinha sendo trabalhado e que permitiu depor o regime totalitário que existia até à data. A senhora Presidente fez também referência ao conjunto de cidadãos anónimos dos municípios da Lezíria do Tejo que lutaram, muitos na clandestinidade, contra a ditadura. Lembrou ainda a série “Até amanhã camaradas”, baseada numa obra de Álvaro Cunhal, um filme que foi realizado na zona da Lezíria do Tejo e que veio avivar a memória e trazer novos conhecimentos sobre a ditadura, mas acima de tudo veio enaltecer o papel dos homens e mulheres da região. A senhora Presidente saudou os homens que fizeram Abril e todos os homens e mulheres da Lezíria do Tejo que morreram e foram torturados pela polícia

política, e que deram o seu contributo inequívoco e inestimável para que hoje o país viva num regime democrático. A senhora Presidente prosseguiu colocando à votação três actas, sendo elas das sessões nº7, nº8 e nº9. Nas actas nº7 e nº8 foram introduzidas alterações que foram suscitadas nas últimas reuniões, pelo que solicitou aos senhores deputados que suscitaram as alterações que verificassem se elas já estão em conformidade com as alterações que foram indicadas, para que possamos a respectiva votação. Assim, colocou à apreciação a acta nº7.-----

--- Submetida à votação a acta nº7, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor – 21 -----

--- Abstenções – 2 (BE e CDU)-----

-----  
--- A senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)** colocou de seguida à apreciação a acta nº8.-----

--- Usou da palavra o senhor Deputado **João Miguel Gonçalves Lopes (PSD)**, afirmando que relativamente à acta nº8 existiam alguns erros ao nível de português que gostaria de ver corrigidos. Na página 235 está escrito que “a CULT pode argumentar se o copo está meio cheio ou meio vazio, mas não pode argumentar que o objectivo era o copo estar cheio e ele estar de facto”. O correcto será “a CULT pode argumentar se o copo está meio cheio ou meio vazio, mas não pode argumentar que o objectivo era o copo estar cheio e ele estar de facto a meio”. Na mesma página, de acordo com o senhor Deputado está confuso o seguinte texto: “Caso haja a hipótese remota de que o privado compense financeiramente a perda desta verba para seguir adiante, se isto implicasse aumentos das tarifas das águas, o PSD também será contra o aumento das tarifas das águas”. Assim, no texto deveria constar o seguinte: “Caso haja a hipótese remota de que o privado compense financeiramente a perda desta verba para seguir adiante e, se isto implicasse aumentos das tarifas das águas, o PSD também será contra”. Na página 245, onde é referido “o PSD

quer é saber qual o modelo das Águas e quer as Águas tenham sucesso” deverá ler-se “o PSD quer é saber qual o modelo das Águas e quer que as Águas tenham sucesso”.-----

--- Submetida à votação a acta nº8, com as alterações indicadas pelo senhor Deputado João Lopes, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor – 19 -----

--- Abstenções – 4 (1 BE, 2 CDU e 1 PSD)-----

-----  
--- A senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)** colocou de seguida à apreciação a acta nº9.-----

--- Usou da palavra o senhor Deputado **João Lopes (PSD)**, dizendo que na página 267, onde está escrito «nas palavras do senhor Deputado, “esse projecto é bom para todos aqueles que são da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, excepto se forem do Cartaxo. Se forem do Cartaxo já não serve para nós”», deverão ser retiradas as aspas e a expressão “nas palavras do senhor Deputado”. Lembrou ainda que na página 260 seria necessário inserir as intervenções inaudíveis, considerando que sem essas intervenções a acta não deveria ser votada.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, sugerindo que o senhor Presidente da Junta da CULT, o senhor Administrador Executivo e o senhor Deputado Manuel Coelho fizessem chegar à Assembleia da CULT o teor das respectivas intervenções. Assim, a senhora Presidente remeteu a votação da acta nº9 para a sessão seguinte, para que pudessem ficar registados todos os trabalhos da sessão correspondente à referida acta. Antes de abrir o Período Antes da Ordem do Dia, a senhora Presidente solicitou ainda aos senhores Deputados do CDS-PP e do Bloco de Esquerda que indicassem um membro para integrar a Comissão de Acompanhamento do PROT, para que esta Comissão pudesse iniciar com brevidade os seus trabalhos.-----

-----  
--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, lembrando que está definida uma hora para o Período Antes da Ordem do Dia e solicitando que tal fosse cumprido. Solicitou ainda aos senhores Deputados que ainda não entregaram fotografia, que o fizessem junto da CULT ou da Mesa da Assembleia.-----

--- Usou da palavra o senhor Deputado **Armindo Castelo Bento (PS)**, efectuando a seguinte intervenção: “Hoje é véspera das comemorações dos 33 anos da data histórica do 25 de Abril e dos 31 anos de poder democrático, na evocação e na reafirmação dos seus valores e dos ideais democráticos. Ao evocarmos aqui e agora as comemorações do 25 de Abril que encerram, sempre no seu contexto, um profundo significado político, social e económico, fazemo-lo no sentido de expressarmos convictamente o nosso inteiro apoio ao projecto governamental de reorganização territorial do Estado, que irá conduzir á extinção das Comunidades Urbanas e à elaboração de um novo regime jurídico de associações de municípios e áreas metropolitanas. Foi este o objectivo que se tornou prioritário não só por força do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), sucessor dos QCA, que enquadra os fundos comunitários para o período 2007-2013, mas também pela notória incapacidade política da CULT em diagnosticar as necessidades das populações, decorrentes de uma visão estratégica global demonstrada pela “curta vida” deste “órgão” que por motivos de ordem política foi enxertado na vida autárquica e assim com toda a naturalidade, ser necessário criar a estrutura institucional que possa vir a assegurar a contractualização e gestão de programas estratégicos para a Região e para o País. Esta estratégia não é dissociável da reforma em curso dos organismos desconcentrados do Estado, assente nas cinco regiões-plano (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve), bem assim como a intenção de fazer coincidir as associações de municípios com as delimitações das NUT III de modo a dar coerência territorial à organização do Estado.

Assim a Resolução do Conselho de Ministros que determinou a elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território para o Oeste e Vale do Tejo na qual se pretendeu dotar a região com um instrumento de desenvolvimento territorial que viesse a enquadrar a estratégia de desenvolvimento económico e social que sirva de referência para a elaboração e a revisão dos instrumentos de planeamento territorial, nomeadamente de nível municipal estabeleceu o âmbito territorial do PROT do Oeste e Vale do Tejo, prescindindo-se claramente da “existência” das Comunidades Urbanas. Deste modo, é nosso entendimento para clarificação e reposição da coerência do nosso território, assumindo como objectivos em matéria de enquadramento administrativo e estratégico do distrito, a reposição na agenda política a questão da regionalização, na defesa e articulação das estratégias de desenvolvimento do Ribatejo, no âmbito territorial do Oeste e Vale do Tejo, enquanto unidade de planeamento relevante, na sua relação funcional com a área metropolitana de Lisboa, perspectivando-se a integração das duas Comunidades Urbanas (Lezíria e Médio Tejo) numa Área Metropolitana do Ribatejo. De facto o Ribatejo tem constituído uma unidade de planeamento relevante, sendo a matriz territorial a partir da qual se tem definido as estratégias de desenvolvimento para as NUT III da Lezíria e do Médio Tejo. É um território que ocupa uma posição de centralidade geográfica estratégica no País, e por estar no centro das grandes acessibilidades nacionais, é uma placa de articulação no País e uma porta para a Europa, podendo constituir-se como região essencial para o objectivo estratégico de Portugal como plataforma logística da Europa. Todos sabemos que apenas razões circunstanciais e motivos específicos, o governo do PSD/CDS, separou o Vale do Tejo da Área Metropolitana de Lisboa, integrando a Lezíria na Região Alentejo e o Médio Tejo na Região Centro. Esta dupla desagregação (da Região de Lisboa e Vale do Tejo, por um lado, e do distrito de Santarém, por outro) e este novo enquadramento administrativo foram pensados apenas para fazer efeito na definição do Quadro Comunitário de Apoio e para o período 2007-2013, situação que hoje, de acordo com a estratégia e objectivos do QREN, já não

tem qualquer tipo de justificação técnica, jurídica ou política. Por isso, é nosso entendimento não ser pensável permitir que uma medida tomada por razões circunstanciais e para produzir um efeito específico, tenha efeitos permanentes, definitivos e noutros campos que não aquele. Não é pensável, por exemplo, que a Lezíria passe a depender e a ter que aceder aos serviços da administração central através das direcções regionais do Alentejo (Évora) e o Médio Tejo das direcções regionais do Centro (Coimbra). Não é pensável também que a estratégia de desenvolvimento do Vale do Tejo seja completamente desarticulada: cortada das dinâmicas e estratégias de desenvolvimento específicos e apropriados para a Região, cortadas as dinâmicas e estratégias da Lezíria e do Médio Tejo, submetidas estas duas sub-regiões aos interesses estratégicos de Évora ou Coimbra. É por isso, muito claramente que queremos aqui hoje expressar, em plena liberdade o nosso apoio ao Governo para avançar mais rapidamente com as alterações estruturais já avançadas no âmbito do PRACE. Comemorar o 25 de Abril é recordar que foi esta Revolução que permitiu a existência de Autarquias Locais fortes, pujantes e absolutamente decisivas para a transformação e modernização do nosso País. Para alcançarmos estes objectivos temos que exprimir uma ambição e teremos que ter uma visão estratégica para se desenhar um projecto: transformar o Ribatejo (2007-2013) numa região mais competitivo, ganhadora, no sistema das regiões do País e até da Comunidade Europeia; com actividades de perfil tecnológico avançado, de valor acrescentado e produtividade mais elevados; dispondo de instituições modernas, eficientes e abertas que proporcionem melhor governabilidade e mais cidadania; num território de elevada qualidade ambiental e patrimonial; numa terra de intercâmbio e de igualdade de oportunidades, mais acolhedora, segura e tolerante. Temos que acabar com o síndrome da “ irresponsabilidade, da ausência de rigor, da falta de transparência” e temos que actuar com exigência e rigor, não continuando a permitir que todos aqueles que nunca se submeteram ao julgamento dos cidadãos continuem a subverter e a impedir as

mudanças necessárias e urgentes para melhorar a vida dos cidadãos na nossa Região. Temos que ter plena consciência que a região Sul do nosso Distrito apresenta-se nos últimos lugares no “ranking” escolar, (66 em cada 100 cidadãos, com mais de 10 anos tem a 4ª classe ou nem sequer sabem ler e escrever,) estamos nos últimos lugares em prestação de serviços de saúde, não existem acessibilidades adequadas ao desenvolvimento da Região, não "sabemos" de qualquer projecto de promoção de uma, senão a maior riqueza, que é o nosso turismo gastronómico, mas estamos em primeiro lugar como potencial lugar para uma lixeira de resíduos químicos e perigosos de todo o País ou até da Europa. É do conhecimento geral que no âmbito das perspectivas financeiras para 2007-2013 está a ser exigido um maior aperfeiçoamento nos sistemas de gestão, tendo em conta que vão ser reduzidos significativamente o número de Programas Operacionais de modo a combater a dispersão e obter uma gestão mais eficiente, garantido uma melhor qualidade dos projectos. As prioridades fundamentais, já enunciadas, representam uma oportunidade fundamental e decisiva o que acarreta uma enorme responsabilidade à qual todos os autarcas tem de ter capacidade para dar uma resposta: a) Qualificar as pessoas, investindo no conhecimento e na melhoria do sistema de educação/formação, apoiando a formação escolar, investir e requalificar as infra-estruturas desportivas; b) Promover a competitividade, introduzindo a modernização tecnológica e a inovação e apoiar projectos e empreendimentos na área social e de imobiliária-turística e gastronómica; c) Modernizar os serviços públicos municipais combatendo a burocracia e prestando serviços públicos mais eficientes; d) Valorizar o nosso território, preservando o ambiente, ordenando a gestão territorial para promover o desenvolvimento regional e local ao serviço da coesão territorial. Temos a legitimidade que nos foi delegada pelo voto dos cidadãos. Temos que ser cada vez mais exigentes. Não podemos deixar que nos substituam nem que alguém assuma as nossas responsabilidades. Temos todos que participar, opinar, contribuir. - Temos que acreditar em nós, para nos orgulharmos do que nós

somos capazes de fazer. Fomos nós que fomos sufragados pelos cidadãos, somos nós que temos que responder perante os seus anseios, os seus desejos, as suas necessidades. Foi para isso que aconteceu o 25 de Abril de 1974”.-----

--- Usou da palavra o senhor Deputado **Júlio do Carmo Cabecinha Rosado (CDU)**, solicitando um esclarecimento relativamente a um assunto que constava nas actas das reuniões da Junta da CULT. Na reunião de 28 de Dezembro de 2006, no Ponto 1, relativamente às Águas do Ribatejo, está escrito que os membros da Junta apreciaram os artigos da Comunicação Social sobre o eventual abandono do município de Santarém do projecto Águas do Ribatejo. Está escrito também que nessa reunião estiveram presentes os consultores jurídicos Duarte Vera Jardim e João Pacheco de Amorim. A referida acta prossegue dizendo que, dado as opiniões formuladas pelos consultores jurídicos, os membros presentes deliberaram por unanimidade que se pedisse ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Santarém, com carácter de urgência, o envio de informação escrita e que se escrevesse uma carta ao adjudicatário. Depois, na reunião da Junta da CULT de 25 de Janeiro de 2007, o senhor Deputado disse não ver nenhuma referência à resposta desta carta. Assim, pretendeu saber se essa carta teve resposta.-----

--- Usou da palavra o senhor Deputado **Carlos Alberto Salvador Pernes (CDU)**, lendo a seguinte saudação ao 25 de Abril, em nome de todos os deputados da CDU na Assembleia da CULT: “Faz amanhã 33 anos que reconquistámos a nossa liberdade, depois de 48 anos de ditadura fascista. As portas que o 25 de Abril abriu contribuíram decisivamente para termos hoje um país mais livre, mais justo, mais fraterno, mais desenvolvido que aquele que existia há 33 anos atrás. Recordar o 25 de Abril de 1974 traz-nos à memória que persistem em Portugal desigualdades e injustiças sociais que afectam sobretudo as classes sociais mais desfavorecidas. Atenuar e eliminar estas situações é uma luta em que todos nós representantes da escolha da vontade popular temos o dever de nos envolver, conjugando vontades e esforços para com determinação vencer esta iníqua realidade. Assim, a Assembleia da CULT,

reunida em sessão ordinária no dia 24 de Abril de 2007, saúda toda a população desta região ribatejana que nos passado, no presente e no futuro lutaram, lutam e lutarão pelos ideais de Abril. Viva o 25 de Abril”.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, solicitando aos senhores Deputados com intervenções escritas que as fizessem chegar à Mesa da Assembleia, por e-mail ou por escrito, de forma a facilitar o trabalho de transcrição das actas.-----

--- Usou da palavra o senhor Deputado **Carlos Manuel Luís Catalão (PS)**, começando por dizer que iria à apreciação da Assembleia Municipal de Santarém, no dia 27 de Abril, um documento que, tendo em conta elementos que tinha na sua posse e todas as Assembleias da CULT a que tem assistido, o referido documento continha informações que, de acordo com o senhor Deputado, seriam no mínimo falaciosas ou mentiras. Assim, solicitou que a informação contida no documento fosse confirmada. Citou de seguida uma parte do documento referido, sobre a proposta de criação das Águas de Santarém: “Quando fui confrontado com esta situação (a perda de um financiamento de 18 milhões de Euros) já o processo de concurso passara por vários institutos. A CULT apresentou duas desculpas. Que seria muito difícil proceder ao reajuste imposto para o acesso ao Fundo de Coesão das Águas sem mexer no tarifário, em virtude da EPAL, empresa pública de grandes níveis de qualidade de água internacionalmente reconhecidos, ter preços acima do previsto no estudo de viabilidade. E a empresa vencedora dispensava a incorporação dos capitais decorrentes deste Fundo, disponibilizando-se para a construção da empresa, desinteressando-se dos 18 milhões entretanto perdidos”. O senhor Deputado perguntou à Junta da CULT se efectivamente estas afirmações reproduziam alguma verdade, porque em nenhum documento ou intervenção na Assembleia da CULT foi afirmado o que se lia no documento citado. Perante o fundamento citado no documento, o senhor Deputado considerou que o processo das Águas de Santarém está inquinado à partida e coloca a CULT em algumas dificuldades. Assim, solicitou a clarificação desta

situação. Para além disso, quis também clarificar se os Fundos de Coesão, em relação aos municípios que estiveram na origem do Projecto Águas do Ribatejo, estão ou não comprometidos e se os 18 milhões de Euros que seriam para as Águas terão sido ou não inviabilizados. O senhor Deputado fez ainda referência à acta nº8 de 2006 da reunião da Junta da CULT, onde é feita a apreciação de propostas de adjudicação da aquisição de fotografia aérea a cores naturais. Com base no que leu em actas anteriores da Junta da CULT, o senhor Deputado disse pressupor que Santarém não iria entrar nesta fotografia aérea. Quis então saber se o valor referido, de 35 mil e 900 Euros, tinha alguma participação financeira de Fundos Comunitários, se Santarém entrou nesta fotografia aérea e se já fez ou não o voo. Caso não tivesse entrado, tal seria mais uma forma de delapidar o património do município de Santarém.-----

--- Usou da palavra a senhora Deputada **Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias (PSD)**, fazendo referência à demissão do senhor Presidente da Câmara do Cartaxo do cargo de Vice-Presidente da Junta da CULT. Lembrou que em Dezembro de 2006 perguntou aos senhores Vice-Presidente e Presidente da Junta da CULT se as reservas mentais que o Dr. Paulo Caldas tinha em relação às Águas do Ribatejo tinham sido partilhadas com eles. Lembrou também que teve razão quando considerou que o Dr. Paulo Caldas se tinha comportado de forma desleal para com os seus pares, nomeadamente no âmbito da Junta da CULT. A senhora Deputada prosseguiu dizendo que algumas das acusações que foram feitas, quer no âmbito da Assembleia, quer no âmbito da Junta, ao PSD, através Dr. Moita Flores, na altura em que a Câmara de Santarém optou por sair do Projecto Águas do Ribatejo, podem aplicar-se integralmente à Câmara Municipal do Cartaxo, nomeadamente ao Dr. Paulo Caldas. Com uma agravante, na opinião da senhora Deputada, uma vez que o Dr. Paulo Caldas conseguiu ainda ir mais longe do que o Dr. Moita Flores, por ter deixado que se fizesse um novo concurso, sem ter comunicado à Junta que não pretendia continuar no Projecto Águas do Ribatejo. Se ele já sabia que iria sair do Projecto Águas do Ribatejo, poderia tê-lo comunicado à Junta logo em

Dezembro, para que se evitasse um novo concurso e mais um atraso neste projecto, que é de importância fundamental para alguns municípios da CULT. Portanto, de acordo com a senhora Deputada isto é ir mais longe na deslealdade para com os seus colegas. A senhora Deputada lembrou que houve várias afirmações do senhor Presidente da Câmara do Cartaxo, nomeadamente em relação às candidaturas efectuadas no âmbito do saneamento através da CULT, que eram supostamente para serem ponderadas em termos de balancete com as Águas do Ribatejo na questão da solidariedade, e que agora os municípios que conseguiram os financiamentos não vão prestar a sua solidariedade com os outros municípios que precisavam de abastecimento de água, devendo os financiamentos ser distribuídos de uma maneira correcta e justa para todos os municípios. A senhora Deputada frisou que nunca concordou que o Cartaxo fizesse parte do Projecto Águas do Ribatejo nos moldes em que estava estruturado, por achar que era um mau negócio para o município do Cartaxo. Disse ainda acreditar que o Dr. Moita Flores tenha chegado à conclusão de que era um mau negócio para Santarém. Portanto ambos saíram do projecto. A senhora Deputada terminou dizendo esperar que os outros municípios consigam levar o projecto para a frente, com êxito.-----

--- Usou da palavra o senhor Deputado **José Joaquim de Jesus Braz (CDU)**, começando por comentar algumas das declarações efectuadas pelo senhor Deputado Armindo Bento, nomeadamente quando afirmou que a nossa região é a primeira em termos de equipamentos de resíduos tóxicos e de lixo. O senhor Deputado lamentou que o senhor Deputado Armindo Bento desconheça o funcionamento dos equipamentos existentes na Chamusca, que são do mais moderno em termos de tecnologias físico-químico-biológicas que existe na Europa. O senhor Deputado lembrou que os membros da Assembleia Municipal da Chamusca visitaram equipamentos semelhantes em França e Espanha e, pela primeira vez, a nossa região está a prestar um serviço na defesa do ambiente, em termos de qualidade ambiental, que nunca foi feito até então.

Com tecnologia mais avançada do que os equipamentos visitados. Pela primeira vez em Portugal, temos equipamentos dotados das melhores tecnologias, estando por isso a região a prestar um serviço nacional e esse serviço deve ser reconhecido. O senhor Deputado prosseguiu dizendo que é evidente que poderão existir alguns problemas, mas lembrou que os resíduos hospitalares e radioactivos não são tratados na Chamusca. São exportados. Na Chamusca são tratados e inertizados os resíduos tóxicos industriais. Voltou a frisar que a nossa região está a prestar um excelente contributo para a defesa do ambiente em Portugal. Até aqui nada tinha sido feito. Estamos 30 anos atrasados nesta matéria. Só agora Portugal vai investir e contribuir de forma decisiva para o tratamento destes resíduos. Na opinião do senhor Deputado é, por isso, de lamentar que pessoas com alguma responsabilidade autárquica desconheçam e falem sem saber. Disse compreender que as pessoas menos informadas pensem de forma errada sobre esta matéria, mas pessoas que participam na vida autárquica, que têm responsabilidades não deveriam prestar declarações desta índole. O senhor Deputado prosseguiu a sua intervenção, lendo a moção “Pela Defesa dos Serviços de Saúde da Região”, em nome de todos os deputados da CDU na Assembleia da CULT: “Pretendemos levantar aqui as grandes preocupações com as políticas de saúde que este governo está a desenvolver e que são um atentado aos mais elementares direitos das populações nesta área. Em Portugal, durante anos e anos descurou-se a formação de médicos e de pessoal especializado na área da saúde e, neste momento, estamos a sofrer as consequências dessas políticas erradas. O governo tem agravado as nossas preocupações visto que as soluções que tem apresentado são não soluções para os problemas da saúde regional como o fecho dos SAP’s e das Extensões de Saúde nas Freguesias (que têm desenvolvido um trabalho meritório de Educação, Prevenção e Tratamento da saúde aos diferentes estratos da população, desde a infância aos idosos), impedindo, assim, o entupimento das urgências dos maiores hospitais distritais. A Saúde é um direito inalienável que devemos defender. Não pode ser um

negócio para implantar clínicas privadas, cujos serviços não estão ao alcance das populações com maiores problemas económicos, e sabemos como uma percentagem significativa da nossa população vive com enormes dificuldades, principalmente nas freguesias do interior da nossa região. Ou o Poder Central toma medidas, no sentido de precaver estas situações, ou corremos o risco de se encerrarem inúmeras extensões de saúde e serviço de atendimento permanente, degradando por completo o que resta do Serviço Nacional de Saúde na região, resultando em maiores despesas para o SNS e para o Estado, com os enormes custos dos transportes, ambulâncias, entupimento das urgências, sofrimento e mais mortes na população, por falta de um primeiro atendimento eficaz e de proximidade. Assim, consideramos: 1 – Inaceitável qualquer redução dos Serviços de Atendimento Complementar nos Centros de Saúde da Região; 2 – Exigir à ARS e ao Ministério da Saúde soluções no quadro do SNS para que não encerrem mais SAP's; 3 – Prestar solidariedade aos nossos municípios na sua luta em prol da defesa dos Serviços de Saúde de proximidade para as suas populações; 4 – Que sejam feitas diligências pela Junta da CULT, em consonância com a ANMP, junto do Governo Central, para solucionar os problemas da saúde com justiça e bom senso, tendo em conta a importância que a Saúde tem para as populações do interior”.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Colaço (BE)**, cumprimentando a Mesa da Assembleia e restantes Deputados e afirmando que a sua abstenção na votação das actas se devia ao facto de não ter participado nas reuniões referidas, uma vez que era a primeira vez que participava numa sessão da Assembleia da CULT. Prosseguiu a sua intervenção questionando se existia algum estudo já elaborado sobre tarifários, no âmbito do processo Águas do Ribatejo. Lembrou que o Bloco de Esquerda, na Assembleia Municipal do Cartaxo, foi o único partido que não se solidarizou com a saída do Dr. Paulo Caldas, nem do projecto Águas do Ribatejo nem da Vice-Presidência da Junta da CULT. O Bloco de Esquerda absteve-se, porque o senhor Presidente não foi convincente de que essa seria a solução para os munícipes do Cartaxo. Em

coerência com o efectuado na Assembleia Municipal do Cartaxo, o senhor Deputado quis saber, embora Santarém tenha saído e tenha inviabilizado a primeira fórmula do projecto, se existe algum estudo comparativo sobre o fornecimento pela EPAL ou pela constituição da sociedade. Pretendeu saber como está feito o estudo ao nível do custo do tarifário e a nível de planos de saneamento, isto porque se questiona, bem como os munícipes do Cartaxo, se a saída do Cartaxo trará ou não alguma mais valia para o concelho. O senhor Deputado recordou que nas palavras do senhor Presidente da Câmara do Cartaxo, a retirada do projecto e a forma como ele geriu a situação com os restantes municípios foi uma demonstração de inteligência. Mas o senhor Deputado afirmou que essas palavras não o convenceram de que a retirada tenha sido uma boa solução. O senhor Deputado disse também não entender a senhora Deputada Luísa Pato, uma vez que ela e o seu partido estiveram solidários, quer na Câmara quer na Assembleia Municipal, com a postura da Câmara do Cartaxo, porque nunca foram adeptos da participação do Cartaxo no projecto Águas do Ribatejo. No entanto, na Assembleia da CULT pareceu estar preocupada com a não solidariedade do Cartaxo com as outras Câmaras. O senhor Deputado disse não ter entendido a intervenção da senhora Deputada Luísa Pato. No que toca ao CIRVERS, o senhor Deputado pretendeu saber se estão acautelados os eixos viários necessários para a circulação e abastecimento desses centros, de modo a que não colidam nem com as populações residentes nem com os eixos viários existentes e com a perigosidade que isso acarreta de excesso de fluxos de transporte.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, dizendo que depois de ler a acta nº8 da Junta da CULT, de 6 de Outubro de 2006, não podia deixar, em nome do PSD, de manifestar alguma estranheza na extrema hostilidade que tem havido para com a única autarquia da Lezíria do Tejo que pertence ao PSD. O senhor Deputado disse considerar que o teor de algumas declarações dos principais responsáveis actuais da Junta da CULT, que constam na acta, não são propriamente comentários nem declarações de quem procura a integração

e a satisfação de todos os municípios. Para todos os efeitos, ainda existe algum espírito de Associação. Na opinião do senhor Deputado, infelizmente esse espírito tem sido um pouco abalado por quem dirige a Junta da CULT, não compreendo o PSD muito bem porquê. O senhor Deputado prosseguiu afirmando que, na referida acta, o senhor Presidente da Junta da CULT dizia que havia uma estratégia nítida da Câmara de Santarém de sair da CULT, porque o problema já não se põe só ao nível das Águas do Ribatejo, mas também ao da Banda Larga, da Intranet, do concurso da gestão documental. Afirmou o senhor Presidente da Junta da CULT que a Câmara de Santarém vem manifestando a pouco e pouco, nas várias áreas de actividade da CULT, que pretende concorrer sozinha. Portanto, para o senhor Presidente da Junta da CULT é mais que evidente que o desejo da Câmara de Santarém é não continuar a ser da CULT e para justificar isso nasceu a oposição feroz ao senhor Administrador Executivo, sendo o problema posto agora nestes termos: ou o senhor Administrador Executivo ou Santarém. Relativamente ao senhor Presidente da Câmara de Benavente e também Vice-Presidente da CULT, na acta refere que não está disponível para ser ofendido na honra e na dignidade por alguém que efectivamente mentiu e tem mentido. O Presidente da Câmara de Alpiarça, novo Vice-Presidente da CULT, diz que para além disso o senhor Presidente Moita Flores fala de mentiras e falsidades, que foram justificadas para liquidar a expectativa da criação das Águas. De acordo com o senhor Deputado, este tipo de comentários em nada abona a favor de quem os fez, porque em nada abona a favor daquilo que é o espírito que deveria haver nesta Comunidade Urbana. Os temas devem é ser falados e abordados com seriedade e da parte de todos os problemas certamente poderão ser resolvidos. Na opinião do senhor Deputado, este tipo de afirmações e este tipo de atitude de hostilidade para com o PSD em nada advoga a favor da CULT, coisa que disse lamentar. Prosseguiu falando do 25 de Abril e afirmando que este foi um dia muito importante para Portugal, marcou o fim da ditadura e o renascer para Portugal da esperança com a liberdade. Uma esperança na prosperidade e para

o desenvolvimento. No entanto, volvidos todos estes anos, infelizmente a Democracia plena não terá sido alcançada e deveremos olhar com seriedade para os problemas que afectam a nossa sociedade e a nossa Democracia, que ainda é bastante jovem. Os níveis de abstenção crescentes nos vários processos eleitorais demonstram o afastamento em relação à Democracia e à escolha democrática da qual infelizmente o povo cada vez mais se afasta. Há cada vez maior descrédito na classe política, cada vez há mais pessoas que não acreditam que os políticos, de uma maneira geral, consigam resolver os seus problemas. Basta haver um ou dois casos de corrupção no País e imediatamente apontam o dedo a todos, mesmo os que aqui estão presentes na Assembleia da CULT, e dizem que são todos iguais. Isso, segundo o senhor Deputado, gera um grande descrédito nas pessoas, infelizmente. Prosseguiu dizendo que temos uma justiça muito lenta, muito pesada. Esta justiça apenas serve para oprimir os fracos, beneficiando os fortes e os influentes. A nossa saúde é decadente e deficitária. A educação é o maior falhanço que existe, não conseguindo chegar aos níveis europeus, mesmo nas pessoas com menos de 30 anos. Ainda continuamos a ter cerca de 10% de analfabetos. A nossa economia não tem crescido aos níveis europeus, excepto nos Governos do Professor Cavaco Silva. O senhor Deputado terminou a sua intervenção dizendo que o 25 de Abril foi importante e deu esperança. No entanto, em determinado aspecto estamos perante um processo que deve continuar no sentido do desenvolvimento e da nossa modernização, mas infelizmente isso nem sempre tem acontecido. O senhor Deputado gostaria que chegássemos verdadeiramente ao dia 26 de Abril, dia em que temos virada mais uma página, no sentido do alargamento da nossa Democracia.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos José Pratas da Silva (PS)**, mencionando a questão dos CIRVERS. Lembrou que já várias pessoas levantaram na presente sessão a questão dos CIRVERS e que enquanto houve debates públicos, bem como na altura do estudo de impacto ambiental, poucos foram os colegas de outros concelhos que participaram neles. Portanto, o

senhor Deputado disse ser com alguma estranheza que via pessoas levantarem esses temas na Assembleia da CULT. De seguida questionou os restantes Deputados, perguntando o que é que preferem: que os resíduos sejam espalhados em qualquer lado, como acontece aqui bem perto de nós onde os curtumes são espalhados num parque natural, ou que eles sejam tratados num local adequado com tecnologia de ponta.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, respondendo ao facto de constar numa acta da Junta da CULT que se teria feito uma consulta à Câmara de Santarém através de uma carta, sobre a sua decisão de participar ou não na empresa Águas do Ribatejo, e qual teria sido a decisão da Câmara de Santarém. Em resposta a essa carta, a Câmara de Santarém enviou uma acta da reunião do Executivo Municipal, que no entanto não é conclusiva porque remete para a decisão da Assembleia Municipal. No que toca à alegada argumentação lançada para justificar a não entrada da Câmara de Santarém no projecto Águas do Ribatejo, sendo que um desses fundamentos seria um eventual aumento de tarifário que provocaria o fornecimento de água para abastecimento público por parte da EPAL, o senhor Presidente da Junta da CULT afirmou que até agora a CULT fez algumas abordagens à EPAL, mas nunca foi ventilado qualquer tarifário ou preço de água que a EPAL viesse a fornecer à CULT. Portanto, essa argumentação nunca teria sido inventada pela CULT, porque não tem conhecimento de preços que a EPAL pudesse vir a praticar aos municípios da CULT. No que toca ao mencionado desinteresse relativamente aos 18 milhões de Euros do Fundo de Coesão, o senhor Presidente disse ser evidente que nunca passou pela cabeça de nenhum Presidente de Câmara da Lezíria desinteressar-se dos 18 milhões de Euros e nem sequer esse argumento foi utilizado. Os membros da Junta da CULT que fazem parte do projecto Águas do Ribatejo sempre disseram que tinham esperança que esses 18 milhões de Euros viessem a reverter em benefício do projecto da CULT, logo que fosse candidatado o projecto das Águas. Portanto, de maneira nenhuma passou pela

cabeça de ninguém vir a perder os 18 milhões de Euros. No que toca à cartografia 1:10 000, a mesma foi concursada e adjudicada, com excepção da Câmara de Santarém que revelou à CULT estar desinteressada, porque ela própria já teria avançado com esse estudo. O senhor Presidente da Junta da CULT adiantou ainda que o projecto da CULT tem participação dos fundos comunitários. De outra maneira, a CULT não poderia assumir a responsabilidade da actualização da cartografia 1:10 000. Relativamente à questão do Cartaxo, posta pela senhora Deputada Luísa Pato, na opinião do senhor Presidente da Junta da CULT, a mesma será mais uma afirmação do que propriamente uma pergunta. Lembrou também que o senhor Deputado do Bloco de Esquerda também mencionou o senhor Presidente da Câmara do Cartaxo na sua intervenção. Em resposta a estas duas intervenções, o senhor Presidente da Junta da CULT disse ter muita dificuldade em falar da questão do Cartaxo, porque disse desconhecer o projecto que a Câmara do Cartaxo vai seguir. Disse, no entanto, estar convencido, tendo em conta as afirmações que o senhor Presidente da Câmara do Cartaxo fez para justificar o seu abandono do projecto Águas do Ribatejo, que o projecto do Cartaxo será um bom projecto, até melhor do que o da empresa Águas do Ribatejo. Caso contrário não teria tomado a opção de abandonar o projecto da CULT. O mesmo opinou sobre o projecto da Câmara de Santarém, que com certeza será melhor do que o das Águas do Ribatejo e por isso o abandono. Ainda assim, o senhor Presidente da Junta da CULT disse esperar que o projecto Águas do Ribatejo com sete municípios corra da melhor forma, tal como foram os votos da senhora Deputada Luísa Pato, os quais agradeceu. Disse ter a certeza que vai correr bem, porque os sete municípios estão solidários entre todos. Desejou também grande êxito para os projectos da Câmara do Cartaxo e de Santarém, lamentando no entanto que os mesmos não sejam no âmbito do projecto que a CULT tem apadrinhado. O senhor Presidente da Junta da CULT prosseguiu na sua intervenção, fazendo uma ressalva à intervenção do senhor Deputado João Lopes. Explicou que nas afirmações que leu na acta da Junta da CULT podem

tê-lo chocado, mas essas intervenções foram com certeza resultado de notícias da comunicação social. Essas intervenções do Presidente da Junta da CULT e do Vice-Presidente foram feitas em reuniões da Junta da CULT, restritas, sem ninguém presente que não fossem os Presidentes de Câmara e Administrador Executivo. Portanto foram declarações proferidas em reuniões internas e constam nas actas com a verdade com que foram pronunciadas. Não foram pronunciadas na comunicação social para a população. O senhor Presidente da Junta da CULT fez ainda outra ressalva, dizendo ao senhor Deputado João Lopes para não tomar as intervenções mencionadas como uma ofensa ao PSD, porque nunca foi transcrito nas actas nenhuma ofensa ao Partido Social-Democrata. Aliás, a Câmara representante do PSD na Lezíria do Tejo, enquanto participou nos trabalhos e nas discussões da CULT, foi acolhida com solidariedade, independentemente do Partido, e a CULT trabalha para ela da mesma maneira que trabalha para qualquer outro Partido. Aliás, a CULT faz questão que assim seja sempre, uma vez que a Democracia implica que todos os Partidos sejam respeitados da mesma maneira. Em relação à questão dos CIRVERS, o senhor Presidente da Junta da CULT informou os senhores Deputados de que tem aproveitado alguns dos argumentos que foram lançados na Assembleia da CULT, sobretudo em relação a alguma perigosidade do transporte de resíduos perigosos, para, nas diligências que tem feito superiormente, fazer pressão para que sejam criados itinerários alternativos, nomeadamente o IC3, que atravessa Almeirim, Alpiarça e Azambuja. Lembrou que neste momento, tendo em conta o trânsito que se processa naquelas três localidades, é extremamente perigoso que seja atravessado por resíduos que devem ser transportados com algum cuidado. Em relação ao tarifário das águas, o senhor Presidente da Junta da CULT solicitou à senhora Presidente da Assembleia da CULT que fosse o senhor Administrador Executivo a prestar esclarecimentos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Administrador Executivo da CULT, António Torres**, cumprimentado a Mesa da Assembleia e senhores Deputados.

Proseguiu dizendo que na Quarta-feira anterior à presente sessão da Assembleia, a Junta da CULT apreciou um estudo de viabilidade económico-financeira para a criação de uma empresa intermunicipal, numa primeira fase de capitais exclusivamente públicos, detida pelos sete municípios, com os investimentos a realizar em cada um dos sete municípios por um período de 40 anos. O estudo foi aprovado na generalidade, estando-se a agora a aguardar pela decisão da Assembleia Municipal de Santarém de dia 27 de Abril. O resultado do estudo mencionado apresenta uma tarifa média de 1,56. Comparativamente com o estudo anterior, que apresentava uma tarifa de 1,41, a preços de 2003, estamos a falar de uma tarifa para os sete municípios que é igual à do estudo anterior. Apenas sofreu a actualização com base no índice de preços ao consumidor, portanto de 2003 a 2007.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Catalão (PS)**, dizendo que é absolutamente descabida a questão da agressividade que possa surgir por parte da Junta da CULT ou da Assembleia da CULT para com o PSD. Não faz qualquer sentido. O senhor Deputado solicitou de seguida ao senhor Deputado João Lopes que lesse com atenção a acta da Junta da CULT nº7 de 27/07/2006, onde efectivamente se nota que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Santarém pura e simplesmente abdica e afasta-se de todos os projectos estruturantes da CULT. Um a um, ele vai desmontando, seja o Ribatejo Digital, seja a questão do voo ou da cartografia, seja a questão dos hot-spots. Na opinião do senhor Deputado, o senhor Presidente da Câmara de Santarém afasta-se de todos os projectos da Comunidade Urbana. O senhor Deputado disse ter muito receio que no próximo Quadro Comunitário – o QREN – que obriga os municípios a associarem-se para terem fundos para investimento, infelizmente o concelho de Santarém, pelo caminho que está a tomar, não vai ter fundos. Ou seja, de capital de Distrito passará a ser uma aldeia de um Distrito, porque sem capacidade de investimento, sem Fundos Comunitários, sem se associar a todos os outros municípios, o senhor Deputado disse temer que a capacidade de investimento de Santarém fique ao nível de

uma aldeia.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, colocando à votação uma eventual prorrogação do Período Antes da Ordem do Dia por mais meia hora, isto antes de se dar início à discussão da moção “Pela Defesa dos Serviços de Saúde da Região”. Colocada à votação, a prorrogação do Período Antes da Ordem do Dia por mais meia hora foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**. Seguiu-se a apreciação e votação da moção apresentada pelos eleitos da CDU na Assembleia da CULT, com o título “Pela Defesa dos Serviços de Saúde da Região”.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Luísa Pinheiro Portugal (PS)**, saudando, em primeiro lugar o 24 de Abril de 2007, que no fundo é muito diferente do 24 de Abril de há 33 anos. Prossegui dizendo que iria votar contra a moção em apreciação, por vários motivos. Por um lado, pelo seu conteúdo e devido a algumas palavras que estão nela inscritas. Por outro lado, pelas suas conclusões finais. É dito que teremos que defender os direitos elementares das populações nesta área da saúde. Por um lado, é evidente que o direito à saúde não é um elementar direito. É um direito à saúde que está consagrado na nossa constituição e é assim que é tratado neste momento pelo senhor Ministro da Saúde. Por outro lado, quando a moção quer ligar a reorganização dos serviços de saúde, que está neste momento ainda em discussão pública, com o negócio da saúde, de acordo com a senhora Deputada tal não tem nada a ver e este ponto teria que ser muito melhor explicado. Seguidamente, dirigindo-se à Junta da CULT, afirmou que seria interessante os deputados da Assembleia da CULT conhecerem as propostas actuais do senhor Ministro da Saúde para a reorganização dos cuidados de saúde primários, nomeadamente a questão dos SAP's e de eventuais encerramentos de extensões de saúde. De acordo com a senhora Deputada, só com esse documento na mão é que poderemos fazer uma análise e, a partir dele, eventualmente dizer se a questão da reorganização dos serviços de saúde vai ou não no caminho certo. De acordo com a senhora Deputada, não podemos confundir o direito à saúde com o gosto que todos

teríamos de ter um médico, um serviço de saúde ou de urgência de preferência ao lado da nossa casa ou à esquina da nossa rua. Isto é impossível. A senhora Deputada prosseguiu dizendo que se a saúde não é um negócio, de facto também não é gratuita. A saúde paga-se e para que os serviços do Serviço Nacional de Saúde funcionem todos nós pagamos e não pagamos tão pouco como nisso, nomeadamente através dos nossos impostos. Finalizou reiterando a proposta à Junta da CULT de dar a conhecer as alterações que estão previstas para os municípios da CULT.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, solicitando aos subscritores da moção que dessem indicação dos horários de funcionamento dos serviços que mencionam, quais são esses serviços, a sua taxa de utilização, as características do apetrechamento destes serviços, a sua capacidade de resposta às situações de emergência e o mapa de reorganização dos serviços de saúde que está em causa na moção. Sem estes dados, a senhora Presidente da Assembleia disse não estar em condições para poder sequer apreciar a moção, muito menos para votá-la favoravelmente. Parafrazeando o senhor Deputado José Braz, que disse que as pessoas que só lêem jornais podem ser influenciadas, a senhora Presidente da Assembleia solicitou ao senhor Deputado que lhe fornecesse os dados solicitados, que seriam de grande utilidade para se poder fazer uma apreciação da moção.-----

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente da Assembleia da CULT, José Manuel Bento Sampaio (CDU)**, dizendo que a reorganização dos serviços de saúde está a tomar um caminho errado. Prosseguiu dizendo que o Serviço Nacional de Saúde tem como base os Centros de Saúde e os médicos de família. Isto é o que consta em todos os programas que falam do Serviço Nacional de Saúde. No entanto, há muito tempo que o número de médicos hospitalares são incomparavelmente mais do que o número de médicos que entram para os centros de saúde. Ou seja, se há 5 anos atrás entravam 4 médicos para o internato médico hospitalar e 1 médico para o centro de saúde,

hoje a proporção é de 5 para 1. A tendência da hospitalização é cada vez maior. De acordo com o senhor Vice-Presidente, as pessoas deveriam ter muito mais médicos de clínica geral do que médicos hospitalares. No entanto, a tendência será para haver cada vez mais dificuldades em termos de médicos de família e centros de saúde. O senhor Vice-Presidente lembrou ainda outro problema que é a falta de credibilidade dos médicos de família, porque hoje só vai para médico de família ou quem tem grande vocação para esse efeito ou quem não apanha vaga num hospital. Com o aumentar de número de hospitais privados, segundo o senhor Vice-Presidente é evidente que cada vez será mais difícil aos centros de saúde darem uma resposta capaz às populações. Portanto, de acordo com o senhor Vice-Presidente, o caminho não está a ir no sentido de resolver os problemas às populações. Cada vez mais o serviço de urgência acaba por ser porta de entrada, quando devia sê-lo antes o médico de família e o centro de saúde. Na opinião do o senhor Vice-Presidente, este caminho é um mau caminho, que está contra a teoria. A teoria diz que o centro de saúde é a base, a porta de entrada do sistema. A tendência será cada vez mais, não de resolver os problemas do Serviço Nacional de Saúde na base, mas o aumentar de dificuldades. Portanto, resta aos centros de saúde contratar pessoas a outros lados. E cada vez mais há o recurso aos hospitais, porque é a única porta de entrada que as populações têm.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Colaço (BE)**, dizendo que a moção em apreciação reflecte o sentimento geral da população. Na opinião do senhor Deputado, pedir casos exaustivos sobre esta matéria cai um pouco fora do âmbito da apreciação generalista de uma Assembleia. Caberia bem dentro de um grupo técnico de análise. No entanto, segundo o senhor Deputado, faz todo o sentido que esses dados sejam relevados mais tarde. Disse ainda que sobre a questão da saúde, e ultrapassando um pouco a questão regional, qualquer plano de reorganização do Serviço Nacional de Saúde careceria de um profundo acto nacional à volta da questão. O senhor Deputado afirmou também que tem havido falta de bom senso dos deputados no Parlamento no

tratamento desta questão da reorganização. Isto porque primeiro informam-se as populações sobre os encerramentos e só depois das populações protestarem é que se diz que há um projecto para substituição daquele serviço, ou daquele SAP ou hospital por outro serviço a jusante ou a montante geograficamente. No entender do senhor Deputado, o bom senso político aconselharia que se começasse ao contrário. Primeiro se informassem as populações para a reestruturação que se vai fazer, que se criassem as alternativas necessárias para uma reestruturação, dentro do espírito da eficácia e de servir a população, e depois de estarem as alternativas colocadas se encerrasse o que tivesse que ser encerrado. O senhor Deputado prosseguiu dizendo que, tendo em conta a cultura política no nosso País e a estrutura mental dos nossos políticos, quando não se é forçado a fazer-se numa altura determinada aquilo que se promete, fica para depois, fica para mais tarde. Daí, e ultrapassando questões de pormenor técnico que não terão cabimento nesta apreciação generalista, o senhor Deputado considerou que o sentido da população tem razão de ser, com o objectivo das pessoas ganharem com qualquer tipo de mudança que se pretenda fazer.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Hélder Nuno Jesus Cruz de Oliveira Pombo (PSD)**, dizendo o PSD era a favor desta moção e compreendia a razão da feitura desta moção. Aliás, atendendo ao modo generalista como está escrita, o senhor Deputado disse não entender como é que alguém poderá colocar objecções à moção. Prosseguiu dizendo que, por coincidência, antes de vir para a sessão da Assembleia, deslocou-se ao Hospital Distrital de Santarém para visitar uma amiga, e já há alguns meses que não recorria aos serviços públicos. Lembrou que algumas pessoas habituem-se aos serviços privados e esquecem-se que a maioria da população precisa destes serviços de atendimento. Disse ter ficado sensível relativamente às preocupações das populações que precisam realmente destes serviços públicos. Segundo o senhor Deputado, apesar de todos compreendermos que aos olhos de uma gestão racional tem lógica que haja uma reestruturação dos serviços de saúde

para se poupar dinheiro, a verdade é que quando se fala que há dinheiro para se construir as OTAS e TGVS, o senhor Deputado disse considerar, bem como os restantes membros do PSD, que é intolerável haver qualquer redução destes serviços necessários à maioria da população. O senhor Deputado, em nome dos Deputados do PSD na Assembleia da CULT, deu os parabéns à CDU por ter apresentado esta moção.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Braz (CDU)**, dizendo que esta é uma moção do Período Antes da Ordem do Dia. Não há nenhum ponto prévio da Ordem de Trabalhos para discutir um assunto tão importante para a nossa região e deveria ter havido. Nessa altura poder-se-ia incluir todos os estudos existentes sobre esta matéria. No entanto, prosseguiu o senhor Deputado, há um facto. É que o Ministério da Saúde tem comunicado aos municípios da região o encerramento dos serviços de saúde, entre eles o da Chamusca. O senhor Deputado lembrou as características sócio-geográficas da região. Há freguesias e aldeias que distam da sede do Concelho 40 quilómetros e os serviços dos bombeiros têm algumas limitações. Só o tempo de chamar os bombeiros, ir por exemplo da Chamusca à Parreira ou ao Gaviãozinho buscar um doente com problemas graves de saúde, e depois chegar à Chamusca ou vir directo a Santarém é completamente diferente. Falando em estudos referiu que existem estudos prévios de uma comissão nomeada pelo senhor Ministro da Saúde e que no programa Prós e Contras da RTP, o senhor Ministro foi confrontado com estudos feitos por essa comissão e que ele se adiantou a tomar posições sem ter em conta os considerandos entretanto levantados por essa comissão. O senhor Deputado prosseguiu dizendo que já houve recuos da parte do Ministério da Saúde, atendendo à indignação das populações de norte a sul do País sobre esta matéria. De acordo com o senhor Deputado, esta questão não tem nada a ver com partidos políticos, mas com um bem elementar das populações. O senhor Deputado lamentou que quando os partidos estão na oposição têm um papel e depois quando chegam ao Governo parece que se esquecem das propostas que apresentaram enquanto estavam na oposição e

esquecem-se dos ataques que faziam ao então Ministro da Saúde. Segundo o senhor Deputado, qualquer dia fazemos aquilo que o senhor Presidente da Associação Nacional de Municípios disse, ou seja, encerramos o País e vamos todos viver para Lisboa ou para o Porto, o que não é razoável. Terá que haver algum bom senso. Na opinião do senhor Deputado, se nós compreendemos que nalguns serviços é necessária a racionalização, temos também que compreender que os serviços de saúde não podem ser meros jogos economicistas. Temos que ter em consideração que temos uma população envelhecida, uma percentagem grande da população com graves carências, as reformas dos nossos idosos são miseráveis, portanto, a saúde deve ser uma prioridade, mesmo que eventualmente tenha alguns custos. No que toca à Chamusca, o senhor Deputado disse sentir na pele a redução dos horários. Num Concelho com 700 quilómetros quadrados existia há dois anos atrás um serviço 24 horas por dia e depois foi reduzido para o horário 08h00-24h00. Agora, uma informação da ARS dava conta do encerramento a partir do 31 de Março findo, mas devido a diligências, negociações e pressão das autoridades locais e de uma comissão de utentes que mobilizou milhares de pessoas passou a ser feita uma redução do horário, na vez do fecho. O senhor Deputado prosseguiu dizendo que agora que estamos a comemorar o 25 de Abril, a saúde, a educação e a justiça são três pilares fundamentais que não devemos hipotecar, apesar do défice. Em relação ao estudo que a senhora Presidente da Assembleia da CULT solicitou, o senhor Deputado informou que existe uma comissão que apresentou umas hipóteses de trabalho. Adiantou que a informação que tinha não era dos jornais, mas sim informação que chega à autarquia onde foi eleito e onde tem responsabilidade para defender as populações. Lamentou que exista tanta falta de informação e de explicação para a tal chamada reorganização dos serviços. Relembrou que tem havido algum recuo da parte do Ministério da Saúde, negociações do Ministro da Saúde com as autarquias e têm sido assinados protocolos, o que revela algum bom senso no sentido de preservar alguns dos serviços. E se hoje no Concelho da

Chamusca e em outros Concelhos da região ainda existe um serviço de atendimento permanente que presta os primeiros cuidados de saúde, na opinião do senhor Deputado é porque tem sido feito um trabalho exaustivo de grande dedicação e empenho junto das entidades responsáveis. O senhor Deputado lembrou que não vivemos numa grande área metropolitana, onde também existem graves problemas de saúde, mas os Concelhos da Lezíria têm características próprias e exigem da nossa parte todas as pressões para defender as populações.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Manuel Santos Coelho (CDU)**, dizendo não compreender a objecção levantada pela senhora Deputada Luísa Portugal em relação à apresentação desta moção. Na opinião do senhor Deputado, acho tudo aquilo que possa contribuir para esclarecer e para nos fortalecer deve ser aqui discutido e deve ter o nosso apoio. Podemos propor melhorias na apresentação destas moções, mas o essencial daquilo que aqui está é alertar para este problema. Prosseguiu dizendo que a senhora Deputada Luísa Portugal sabe da discussão que tem havido no Concelho de Coruche, tendo a CDU muitas vezes abdicado de pontos que à partida pretendia para que possa haver consenso nesta matéria. Isto porque o que está em causa quando se discute a saúde não é a posição de “a”, “b” ou “c”, mas sim a saúde da população em geral. Solicitou novamente à senhora Deputada Luísa Portugal que recordasse o que se tem passado no Concelho de Coruche, onde conforme já foi aqui indicado, avança-se com possíveis encerramentos de unidades de saúde, de centros de saúde e SAP’s, sem que à partida esteja estudada uma alternativa. Na proposta da comissão havia um serviço de urgência básica, para servir os Concelhos de Coruche, Salvaterra e Benavente. À partida houve logo a oposição dos Presidentes de Câmara, porque cada um quer ter um serviço destes junto à sua porta. Depois veio o Presidente da Câmara Municipal de Coruche dizer que, já que estão todos em desacordo, então que se faça um serviço de urgência básica em Coruche. Afirmou que a senhora Deputada sabe que essa posição foi aprovada pelo grupo do PS na Assembleia Municipal,

embora depois, por insistência do Dr. Carlos Seia, que é vogal pelo PSD, a moção viesse a ser reformulada e aparecesse já de maneira diferente. O senhor Deputado prosseguiu afirmando que a senhora Deputada já foi directora do Centro de Saúde de Coruche. Logo, sabe a extensão que aquele Concelho tem, sabe as carências que existem em termos de assistência na área da saúde, sabe que aliás até foi prevista a abertura de uma extensão de saúde na Branca e que depois foi cancelada porque se calhar Lisboa deu indicações para isso. Terminou na sua intervenção fazendo um desafio à senhora Deputada Luísa Portugal. Se a senhora Deputada está contra esta preocupação, a senhora, já que é da área da saúde, talvez queira fazer como o Presidente da Câmara Municipal de Alcoutim. Fecharam o serviço de urgência e o senhor Presidente foi dar consultas gratuitas para o local onde o serviço foi fechado. Desafiou a senhora Deputada a fazer o mesmo nos sítios onde não há médicos.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Luísa Portugal (PS)**, reafirmando que não está de acordo com a moção. Tendo em conta o título da moção, o que está em causa não é a política nacional de saúde, que também pode ser discutida se assim se entender. A senhora Deputada prosseguiu dizendo que se pode discutir eventualmente o centro de saúde de Coruche ou o Concelho de Coruche ou o sul do Distrito se acharem isso interessante. Mas o que está aqui em causa é esta moção que fala da defesa dos serviços de saúde da região. A senhora Deputada referiu que quando se manifestou contra a forma como estava escrita e o seu conteúdo em termos de substância fez um apelo para se tentar perceber o que é que está em causa nos municípios que constituem a CULT. Aí é que nós podemos perceber e eventualmente tomar alguma posição. A senhora Deputada adiantou que, tanto quanto sabia, a única reestruturação que está em causa neste momento é a passagem de um serviço que está aberto até às 24h00, para a abertura até às 22h00. Nem sequer é um SAP. É um serviço complementar, que no fundo complementa em mais algumas horas aquilo que as consultas de clínica geral. A senhora Deputada terminou a sua intervenção dizendo que, como todos nós sabemos, o transporte de situações

de urgência, nomeadamente acidentes ou emergências identificadas, nem sequer passam nem nos SAP's, nem no serviço de atendimento, nem nas consultas de clínica geral. Seguem de imediato para o Hospital Distrital, que é o serviço que pode dar um atendimento de qualidade para estes casos. Aliás, os bombeiros têm essa indicação, por acordo com todos os profissionais de saúde dos Concelhos. Portanto, quando se evoca estas situações de emergência e de urgência para os SAP's estarem abertos, muitas vezes os SAP's só fazem com que se perca alguns minutos, para não dizer mais tempo.-----

-- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, solicitado novamente dados, sem os quais não teria condições para votar esta moção. Lembrou que não pediu nenhum estudo, mas sim alguns indicadores para saber exactamente do que é que estamos a falar, uma vez que é demasiado vago o título genérico da moção e a forma como está redigida. De acordo com a senhora Presidente, nós temos de saber exactamente aquilo que estamos a falar. A senhora Presidente lembrou de seguida outra situação ocorrida no campo da saúde, que foi o fecho das maternidades e afirmou que nunca mais se esqueceria de um dia em que passou Bragança no quente da discussão do fecho das maternidades e uma mãe de uma filha com paralisia cerebral e com vários problemas associados lhe disse o seguinte: “finalmente estão a fechadas as maternidades que não têm condições. Se isto tivesse acontecido já há 30 e tal anos, a minha filha não estava nestas circunstâncias. E digo-lhe mais. Tenho um primo e afilhado nesta região que precisamente por não ter sido assistido a tempo e horas e nas condições com que devia ter sido assistido tem hoje graves problemas, que têm degenerado e que põem aquela família, que também é a minha família, numa situação muito complicada”. Portanto, na opinião da senhora Presidente, nós temos de saber exactamente daquilo que estamos a falar. A título de exemplo, lembrou que 20% das paralisias cerebrais resultam da falta de assistência adequada durante o parto. A senhora Presidente afirmou que são estes dados que considerava importantes para sustentar a sua tomada de posição, que tem toda a

legitimidade.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Braz (CDU)**, recordando, em relação às maternidades, que depois do encerramento de algumas delas já houve partos dentro de ambulâncias, com pessoas que não tinham a mínima especialização para assistir aos partos, nomeadamente bombeiros sem formação. Lembrou também que situações problemáticas acontecem mesmo nos melhores hospitais. Em relação aos dados solicitados, reafirmou que como autarca recebeu informações da ARS e do senhor Ministro a informar do encerramento de serviços de saúde. Na opinião do senhor Deputado, quando se fala na defesa dos serviços de saúde, é evidente que os serviços de atendimento permanente e os serviços complementares nos centros de saúde fazem parte da saúde da região. É evidente que não estamos aqui a discutir políticas de saúde nem era essa a nossa intenção, mas antes salvaguardar a defesa destes serviços que têm prestado um serviço de proximidade às populações e que neste momento correm o risco deles de encerrarem. Prosseguiu dizendo que para a próxima vez possivelmente teria que vir mais documentado, com mais dados. Isto porque se para discutir uma coisa tão simples é necessário um estudo tão exaustivo, agora imaginemos o que seria se fosse para discutir o problema da saúde a nível nacional, tendo até em conta que o senhor Ministro ainda não apresentou estudos nenhuns. Terminou a sua intervenção comprometendo-se novamente a trazer mais dados para a próxima.-----

--- Submetida à votação a moção “Pela Defesa dos Serviços de Saúde da Região”, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

---- Votos a favor: 16 (PSD, CDU e CDS-PP)-----

--- Votos contra: 9 (PS);-----

--- Abstenções: 1 (PS).-----

--- Usou da Declaração de Voto a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, afirmando não ter votado favoravelmente esta moção por considerar que, independentemente da legitimidade da preocupação dos

eleitos e dos votantes que aprovaram esta moção, seria necessário ter informação mais fiável para saber exactamente de que é que estamos a falar quando se fala da defesa dos serviços de saúde na região e do perigo de encerramento de serviços de saúde na região. Assim, a identificação das unidades que estamos a falar, horários de funcionamento, taxas de utilização, características destes mesmos serviços, capacidade de resposta em situação de emergência não são estudos aturados sobre a utilização ou viabilidade dos serviços de saúde, mas informações básicas, que o senhor Deputado José Braz, primeiro proponente desta moção, disse ter, enquanto autarca, recebido. São esses mesmos dados que a senhora Presidente disse ter solicitado. A senhora Presidente afirmou também ser uma utente incondicional do serviço nacional de saúde, em todas as circunstâncias. Disse que recorria ao Serviço Nacional de Saúde por acreditar nele e por ele, até agora, em 42 anos de vida e alguns bastante frágeis, ter resolvido sempre atempadamente e com qualidade todos os seus problemas.-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado Hélder Pombo (PSD)**, dizendo que o PSD votou a favor da moção por entender que ela é apenas uma forma de acentuar a importância dos serviços de atendimento que estão em causa. O facto de na moção estar escrito que é intolerável qualquer redução dos serviços de atendimento, de acordo com o PSD, isso não será razão para impedir que alguém vote a favor. Além do mais, o PSD não consegue compreender por que razão o PS não apoia um assunto que devia ser supra-partidário.-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes (CDS-PP)**, dizendo que votou a favor por este tema lhe ser muito caro. Disse subscrever inteiramente tudo o que foi dito pelo senhor Deputado José Braz. A Saúde, a Educação e a Justiça são de facto pilares no desenvolvimento de Portugal. Em termos de saúde, na opinião do senhor Deputado, tudo o que seja a fechar é mau. O Governo deveria antes pelo contrário abrir mais unidades de saúde.-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado Carlos Silva (PS)**, explicando que o voto contra dos membros do PS não é contra os serviços de saúde na região, mas contra a moção e contra a maneira como ela foi apresentada, contra a maneira como trata os serviços de saúde e a maneira como quer politizar a questão da saúde. O membros do PS votaram contra por entenderem que a reestruturação é necessária, para beneficiar os utentes do Serviço Nacional de Saúde.-----

-----  
--- Passou-se de seguida à apreciação do **Primeiro Ponto da Ordem do Dia - Apreciação da Actividade da Comunidade Urbana**.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, agradecendo à Junta da CULT o envio das actas das suas reuniões aos membros da Assembleia da CULT.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Luísa Pato (PSD)**, começando por propor que os Seminários da Agenda XXI se realizassem em horário pós-laboral. A senhora Deputada disse ter recebido todos os convites para os Seminários e lamentou não ter participado em alguns, por não ter disponibilidade durante o dia. Propôs então que a próxima ronda de seminários fosse efectuada em horário pós-laboral. Prosseguiu solicitando que a Junta da CULT lhe respondesse a uma questão, no que toca a um contrato-programa com a CCDR-LVT sobre a reabilitação do sistema de diques de Valada do Ribatejo. Esse contrato-programa estaria orçamentado em 1 milhão e meio de Euros e, como houve presença na reuniões de obra para discutir a resolução das mesmas, foi adiantado por um responsável da Câmara Municipal do Cartaxo que iria ser gasto apenas um terço do orçamento nesta obra, dado ter-se chegado à conclusão que afinal não era preciso gastar tanto dinheiro. A senhora Deputada solicitou que lhe confirmassem esta questão. Por último, pretendeu que lhe tirassem uma dúvida sobre o projecto para a realização do livro comemorativo dos 20 anos de existência da CULT. Lembrou que a CULT não tem 20 anos e que poderia haver alguma confusão com a Associação de

Municípios. Lembrou também que a Associação de Municípios tinha um formato diferente. Portanto, na opinião da senhora Deputada, não se podia confundir com a CULT, para comemorar os 20 anos de existência.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Luís Marques Cabrita (CDU)**, dizendo que infelizmente não teve oportunidade de proceder à leitura da documentação, uma vez que a recebeu durante a presente sessão, porque os Correios não deixaram o aviso para o levantamento da documentação. Só no presente, às 18 Horas, é que por acaso teve conhecimento da realização da presente assembleia, através de um telefonema. De qualquer forma quis colocar uma questão ao senhor Presidente da Junta da CULT, sobre o projecto Águas do Ribatejo. Atendendo ao espaço que ocupa nas reuniões da Junta da CULT, e pela leitura breve que fez das actas, o senhor Deputado disse esperar encontrar no relatório muito mais informação. No relatório consta a informação de que foram desenvolvidas as actividades inerentes ao processo de concurso público. O senhor Deputado quis saber, para além desta informação, o estado exacto do processo Águas do Ribatejo. Se avança ou não, qual a natureza da empresa a constituir, os parceiros e outras informações sobre este projecto.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, dizendo que a sua intervenção também teria por base as Águas do Ribatejo e não poderia deixar de o ser porque as Águas do Ribatejo têm sido o projecto mais emblemático e talvez um dos projectos com maior volume ao nível de fundos geridos. Prosseguiu dizendo que tudo aquilo que se passava em termos de actas tinha a ver com o reconhecimento por parte dos outros membros da Junta da CULT que o Presidente da Câmara de Santarém, do PSD, tinha reconhecimento unânime em termos de uma gestão autárquica cuidadosa, de fazer as exigências que andava a fazer. Adiantou que em lado nenhum viu ninguém a acusar o Presidente Moita Flores absolutamente de nada e que a única coisa que viu foi rasgados elogios no que toca ao seu comportamento, sendo um comportamento normal, empolado pelos meios de comunicação social. O senhor Deputado informou que tal consta da 9ª acta, apreciada na presente

assembleia. Ainda relativamente às Águas, lembrou que o senhor Presidente da Junta da CULT disse que quanto aos 18 milhões de Euros tinha a esperança que eles ainda fossem atribuídos na altura do projecto. Como se costuma dizer, a esperança é a última a morrer e, na opinião do senhor Deputado, parece que o projecto conseguiu morrer antes da esperança, porque os 18 milhões de Euros constituíam realmente um verdadeiro imbróglio no que toca à concretização do projecto. Também disse o senhor Presidente da Junta da CULT que os sete municípios que restam no projecto estão solidários uns com os outros. De acordo com o senhor Deputado, certamente há alguns meses atrás ouviríamos o mesmo tipo de declarações, dizendo que os nove municípios estão solidários uns com os outros. O senhor Deputado disse esperar que realmente essa solidariedade a sete venha a acontecer. Quanto às reuniões em que a Junta da CULT e os Presidentes de Câmara reagiram às declarações da comunicação social, na opinião do senhor Deputado estar a reagir única e exclusivamente a declarações da comunicação social e estando presentes todos os colegas autarcas e o Administrador Executivo numa reunião, tal fê-lo lembrar o programa de televisão “Um Contra Todos”. Segundo o senhor Deputado, se devem haver reacções, essas devem acontecer com quem de direito para se resolverem os problemas que existem. Considerou também ser muito parco aquilo que é referido no relatório de actividades da CULT do 1º trimestre de 2007, onde se refere um estudo de viabilidade económica e financeira da gestão integrada dos serviços de abastecimento de água e saneamento dos municípios da Lezíria do Tejo, e onde se inclui o Cartaxo. O senhor Deputado terminou dizendo que o que gostava de saber no fundo era o que vai acontecer a partir de agora com as Águas, se o parceiro privado ainda tem interesse no projecto, se há algum pedido de ressarcimento por parte do parceiro privado e se o parceiro privado tenciona desistir. Ainda no que toca ao relatório de actividades, o senhor Deputado considerou que os outros temas estavam bem tratados, uma vez que dava para se ter uma ideia do que é que tem ocorrido ao nível da Junta. O senhor Deputado disse gostar apenas de ver

incluídos alguns dados mais financeiros resumidos. Seria de bom tom poder ver o acompanhamento ao nível da execução orçamental.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Manuel Russo Mota (PS)**, dizendo que, no que toca ao relatório de actividades da CULT, inclui-se as actividades desenvolvidas pelo Administrador Executivo da CULT e registou com agrado, nas actividades de coordenação de segurança, a sua presença nas reuniões de obra para discutir a evolução das mesmas. O senhor Deputado disse pretender, assim, que os membros da Assembleia pudessem ter, sob requerimento à Mesa, conhecimento das actas destas reuniões de obra, onde estão, para além do dono da obra, representado pelo Administrador Executivo da CULT, os empreiteiros e os serviços de fiscalização. Na nobre missão dos membros da Assembleia de fiscalizar, seria bastante útil, sempre que fosse necessário, haver a possibilidade de consultar as actas das reuniões de obras, com requerimento prévio à Mesa ou à Junta da CULT. O senhor Deputado mencionou ainda o relatório de actividades da CULT, nas actividades relacionadas com os serviços de recursos humanos, onde surge o lançamento de duas ofertas de trabalho, que visam a contratação a termo certo, e treze ofertas de trabalho, por tempo indeterminado. O que salta à vista é que eventualmente poderá haver aqui algum excesso, na opinião do senhor Deputado, que viria de uma situação anterior em que faziam parte a Câmara de Santarém e do Cartaxo do projecto Águas do Ribatejo. Reduzida agora a sete poderia eventualmente ser possível reduzir esta contratação.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Silva (PS)**, fazendo uma recomendação à Mesa, relativa à documentação. No início do mandato, os membros da Assembleia receberam uma password para terem acesso aos documentos online. A password não funciona. Por outro lado, quando os membros da Assembleia recebem o correio registado têm que perder tempo para irem levantar o correio quando não estão em casa. No seu caso concreto, o senhor Deputado solicitou à Mesa que os documentos lhe fossem enviados por e-mail, já que eles com certeza estão digitalizados. Na opinião do senhor

Deputado, esta é uma maneira mais prática de receber a documentação, bem como mais barata.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Braz (CDU)**, questionado a Junta da CULT sobre a distribuição de gás. No que toca à reunião citada no relatório de actividades com a Tagusgás, quis saber o ponto da situação, para quando essa distribuição de gás industrializado, que regiões são abrangidas, se as zonas industriais dos concelhos da Lezíria estão previstas nesse plano e se eventualmente abrange o abastecimento ao domicílio. No que toca às mencionadas reuniões com o Instituto de Estradas de Santarém, quis saber também o ponto da situação e em que ponto é que se encontra o IC3, nomeadamente o nó entre Almeirim e o Entroncamento, tendo em conta o que já foi discutido na presente Assembleia, no sentido do trânsito começar a passar fora das localidades. O senhor Deputado fez ainda referência às cartas educativas, sendo a nossa região uma das que as tem já elaboradas e aprovadas. O senhor Deputado pretendeu saber qual o ponto da situação e se estas cartas irão ser implementadas já no próximo ano lectivo.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, solicitando aos serviços da CULT que enviassem a documentação para todos os deputados da Assembleia via Internet, uma vez que todos têm no domínio da CULT uma caixa de correio e uma password. Solicitou ainda que os serviços confirmassem se este mecanismo está a funcionar devidamente. Pediu também aos senhores Deputados que sentissem necessidade de receber a documentação em papel, que o dissessem, para evitar alguns gastos acrescidos com esta documentação, que é bastante pesada e que anda permanentemente a ser enviada por correio normal e muitas vezes por correio registado. A senhora Presidente solicitou que dessem essa indicação, para rentabilizar ao máximo os recursos disponíveis. Lembrou que a caixa de correio e o domínio da CULT é um instrumento fabuloso para se poder trabalhar, para além de que não é necessário assim imprimir todos os documentos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, Joaquim Sousa**

**Gomes (PS)**, começando por solicitar que em relação aos Diques de Valada fosse o senhor Administrador Executivo a prestar esclarecimentos. No que toca ao livro dos 20 anos, o senhor Presidente afirmou que realmente CULT e Associação de Municípios não são a mesma coisa completamente, mas não há dúvida de que uma é a sequência da outra, tem os mesmos Presidentes de Câmara, os mesmos municípios e na criação da Associação de Municípios existiu o espírito que ainda hoje predomina na CULT. Portanto, é natural que o livro venha a comemorar os 20 anos, desde o início da constituição desta parceria entre todos os municípios. Terá um carácter diferente enquanto Associação de Municípios daquilo que será a CULT, mas é uma continuidade que será curioso poder vir a reflectir-se no livro a editar. Também será uma homenagem aos fundadores. Em relação ao projecto Águas do Ribatejo, ao relacionamento da Junta da CULT com a Câmara de Santarém, àquilo que tem sido dito na comunicação social e porventura a alguns excessos que de parte a parte se cometeram, o senhor Presidente afirmou não estar na postura de vir reavivar alguma coisa que no passado existiu. No que toca à situação actual do processo, explicou que dele constam sete municípios. Foi necessário que o grupo de estudos do projecto de viabilidade económica para oito tivesse reformulado o mesmo num curto espaço de tempo para sete. Estamos em cima da data para aproveitarmos os Fundos de Coesão, que não são fáceis de segurar. Havia, assim, necessidade de dizer à gestão do Fundo de Coesão que a CULT tem o projecto de viabilidade económica acabado e aprovado com os sete municípios. Foi isso que se fez e foi possível fazê-lo. Neste momento, o projecto não contém Santarém e o Cartaxo, por vontade própria desses municípios e desses Presidentes de Câmara, que têm um projecto que deverá ser mais importante e melhor do que aquele com o qual os outros sete municípios continuam teimosamente a querer avançar. Como opinião pessoal, o senhor Presidente disse que os sete Presidentes de Câmara muito provavelmente na semana seguinte iriam discutir na especialidade o documento e iriam decidir com certeza criar uma empresa intermunicipal, porque é aquela

que neste momento está na perspectiva dos sete e que se queria com mais urgência e rapidez, para que se possa fazer a seguir a reformulação da candidatura aos Fundos de Coesão e aproveitar os fundos que estão à disposição. O senhor Presidente explicou que foi por isso que tinha dito que a esperança era mais do que isso. Era certeza, visto que o momento da reprogramação da candidatura está aí. Portanto é possível aproveitar os fundos e não os perder. O senhor Presidente informou também que o parceiro privado já foi consciencializado de que o concurso para selecção do parceiro privado já lá vai. Era um concurso a nove que neste momento já não se verifica, os pressupostos que estavam no estudo de viabilidade económica, no que toca ao fundamento da criação da empresa a nove, não existem. Portanto, o parceiro privado neste momento está consciencializado de que aquele concurso caiu. É nulo neste momento. O senhor Presidente informou também que o parceiro privado ainda não tinha manifestado à CULT a intenção de pedir alguma compensação pelo facto de, no seu julgamento, vir a tomar as culpas desse facto a algum município em especial. O senhor Presidente fez de seguida referência à intervenção do senhor Deputado Carlos Mota e explicou que a admissão de pessoal prevista nada tinha a ver com a empresa Águas do Ribatejo. A empresa Águas do Ribatejo é independente da CULT e não vai absorver o pessoal da CULT. Os lugares que foram postos a concurso são os lugares necessários para o funcionamento normal da CULT. No que toca ao projecto Lezíria em Rede, explicou que foi aprovada recentemente uma candidatura que a CULT tinha feito para a Banda Larga. Portanto, o projecto está contido nessa candidatura e a CULT tem condições para avançar com ele. Relativamente à reunião com a Tagusgás, por também pertencer a um órgão da entidade, o senhor Presidente pôde adiantar que na Assembleia-Geral da Tagusgás foi comunicado que se projecta em 2008 vir a estender a Tagusgás à zona sul do Tejo. No que diz respeito aos eixos viários, afirmou que o que está mais avançado é o IC3. Disse ainda que numa reunião que teve no dia 23 de Abril nas Estradas de Portugal foi-lhe comunicado que o projecto do IC3 seguirá

para o Ministério do Ambiente no máximo até meados de Maio, para entrar na fase de inquérito público e na definição do estudo de impacto ambiental e definição do itinerário. Esta fase costuma demorar entre 6 a 7 meses. Só depois disso estará definido o itinerário definitivo do IC3. Quanto às cartas educativas elas estão todas homologadas pela senhora Ministra da Educação. Portanto, podem vir a ser implementadas. Disse, no entanto, que as verbas previstas no QREN para estes projectos, ligados às infra-estruturas previstas nas cartas educativas, são insuficientes. A CULT teve uma reunião no Ministério da Educação para dar conta disto mesmo e para fazer saber que é necessário reforçar as verbas que estão neste momento previstas ou criar fundos ao nível do Ministério da Educação, que possam vir a complementar Fundos Comunitários, no sentido de permitir uma realização mais abrangente do que aquela que neste momento os Fundos Comunitários possibilitam. Assim, as cartas educativas podem avançar, mas provavelmente não serão contempladas financeiramente todas as propostas que estão nelas contidas, tendo em conta os fundos que neste momento a elas estão destinados.-----

---- Usou da palavra o senhor **Administrador Executivo da CULT, António Torres**, dizendo que, no que toca aos Diques de Valada, trata-se de um contrato-programa celebrado entre a Câmara do Cartaxo e a CCDR-LVT. Logo, não passa pela CULT.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Luísa Pato (PSD)**, dizendo que só falou nesta obra porque na documentação entregue consta a listagem da obra, intitulada “Reabilitação do Sistema de Diques de Valada do Ribatejo”. Existe também a informação da presença nas reuniões de obra.-----

--- Usou da palavra o senhor **Administrador Executivo da CULT, António Torres**, explicando que, para efeitos de economias de escala e de eficiência, na vez de cada um dos municípios ter um técnico que procede à segurança em obra, a CULT tem dois colaboradores que prestam esse serviço a todos os municípios. Portanto, o que os municípios fazem é enviar o plano de segurança da obra à CULT, os técnicos aprovam e depois acompanham a segurança em

obra, quando solicitado pelos respectivos municípios. Portanto, é uma prestação de serviços que a CULT faz, através de dois técnicos, aos onze municípios da Lezíria.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, começando por dizer que no fundo o que queria saber era como é que vai evoluir tudo o que tem a ver com as Águas do Ribatejo, agora a sete. Quis também ser esclarecido sobre o seguinte: o fundo de coesão do saneamento terá sido aprovado para os nove municípios numa verba de 41 milhões de Euros de investimento, com comparticipação de 21 milhões de Euros. Lembrou que o senhor Presidente disse que isso iria ser reformulado. Entretanto, prosseguiu o senhor Deputado, já houve concursos públicos para o Cartaxo e Santarém, ao abrigo deste fundo. O senhor Deputado quis saber como tudo isto funciona. Se vai ser a CULT que vai continuar a administrar o fundo para os sete, o que é que acontece aos outros dois municípios.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Colaço (BE)**, dizendo que, no âmbito das Águas do Ribatejo a sete, foi à Assembleia Municipal do Cartaxo um documento com a decisão de não integrar este projecto para já. O senhor Deputado explicou que nessa Assembleia Municipal perguntou qual seria o custo político e não só que o Cartaxo iria pagar se mais tarde verificasse que a opção não tinha sido a melhor e se havia a possibilidade de entrar novamente no projecto, uma vez que o referido documento falava na não integração para já. O senhor Deputado pretendeu, assim, saber se está prevista para mais tarde a adesão de municípios ao projecto e a que custos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Catalão (PS)**, dizendo que se há um projecto novo com sete municípios e se a Comunidade Urbana é composta por onze e se dois dos onze municípios logo à partida disseram que não iriam integrar o projecto Águas do Ribatejo, parecia-lhe que não tinha muita coerência se, em relação aos Fundos de Coesão, os onze municípios não ficassem em igualdade de circunstâncias. Ou seja, Santarém e o Cartaxo, ao saírem do projecto, possivelmente não deverão conseguir que os Fundos de

Coesão sejam atribuídos só eles e não aos quatro que não integram o projecto Águas do Ribatejo.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, Joaquim Sousa Gomes (PS)**, explicando como vão ser geridos os Fundos de Coesão, sendo que agora são sete municípios e não nove no projecto Águas do Ribatejo. Quando se fez o estudo de viabilidade económica, que serviria de base à constituição da empresa Águas do Ribatejo a nove, foram considerados os investimentos previstos para os municípios que faziam parte desse conjunto de nove municípios. Dois deles, Santarém e Cartaxo, entenderam sair desse grupo. Logo, o pressuposto que estava na base da candidatura aos Fundos de Coesão deixou de contar com os municípios de Santarém e Cartaxo. Portanto, a saída dessas câmaras do projecto terá sido, em princípio, devidamente acautelada por cada um dos municípios. O senhor Presidente prosseguiu dizendo que o Presidente da Câmara de Azambuja, na última reunião da Junta da CULT, teve uma intervenção que perfeitamente clara. Quando foi constituído o grupo de nove, enquanto que na CULT os municípios associados são onze, havia dois municípios que à partida tinham feito opções diferentes, sendo eles Rio Maior e Azambuja. Portanto, não acediam aos Fundos de Coesão previstos para a empresa Águas do Ribatejo. Neste momento, para além de Rio Maior e de Azambuja, há mais dois municípios associados da CULT, Santarém e Cartaxo, que não fazem parte do conjunto que vai constituir a empresa Águas do Ribatejo. Ou seja, se os Fundos de Coesão que estão neste momento numa candidatura feita pela CULT viessem a ser utilizados por todos os municípios, então Rio Maior e Azambuja também tinham direito a reivindicar a sua participação nos Fundos de Coesão da CULT. Só que os Fundos de Coesão da CULT não ficam na CULT. Vão para a empresa Águas do Ribatejo, a sete, visto que o fundamento da reformulação da candidatura vai ser um investimento previsto para os sete municípios que vão constituir entre si a empresa que estava prevista inicialmente para nove. A opção do Cartaxo e de Santarém foi da exclusiva responsabilidade destes dois municípios e não da CULT.

Entretanto, houve concursos e há obras em execução. Essas obras em execução não podem ser paradas. No que diz respeito às que não foram iniciadas, o senhor Presidente disse ter apresentado uma proposta, aprovada por todos os Presidentes de Câmara que estavam presentes na reunião onde na mesma foi apresentada, que dizia que enquanto o Fundo de Coesão não se pronunciasse sobre a reformulação que a CULT vai efectuar, não se iniciariam as obras, mesmo que concursadas. Isto porque pode acontecer que esses municípios depois venham a ter que devolver o dinheiro aos Fundos de Coesão. Portanto, neste momento, essas obras, embora concursadas, embora com visto do Tribunal de Contas, mas não iniciadas, estão suspensas até os Fundos de Coesão dizerem que caminho vão ter os fundos candidatados pela CULT. No que toca à hipótese da entrada de mais algum município para a empresa Águas do Ribatejo, o senhor Presidente disse ser uma questão impossível de prever actualmente. Não se sabe se vai entrar mais algum município e quais os custos dessa entrada, porque caso isso aconteça, tudo isso já será gerido pela empresa entretanto em funcionamento e não pela CULT. -----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, que, antes de entrar no segundo ponto da Ordem do Dia, pôs à votação um requerimento do grupo do PS, que veio requerer o prolongamento da sessão da Assembleia da CULT por mais 30 minutos para a conclusão dos trabalhos. Submetido à votação, o requerimento foi **APROVADO POR UNANIMIDADE**.-----

-----  
--- Passou-se de seguida à apreciação a votação do **Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos - Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas, referentes ao ano de 2006**.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, Joaquim de Sousa Gomes (PS)**, solicitando que pudesse ser o senhor Administrador Executivo e o Dr. Ricardo Portela, que colabora directamente com a CULT na elaboração dos documentos, a esclarecer os senhores Deputados. Em relação

ao relatório de actividades de 2006, explicou que ele está condicionado na sua execução por dois aspectos fundamentais, sendo eles a mudança de Quadro Comunitário de Apoio, fazendo com que o financiamento esteja muito condicionado pela mudança de Fundos Comunitários, e o facto de não se ter concretizado a constituição da empresa Águas do Ribatejo. Apesar de todas as restrições que condicionaram a actividade da CULT em 2006, o senhor Presidente quis referir alguns aspectos importantes, entre eles a homologação das cartas educativas dos onze municípios que constituem a CULT. Afirmou que era com muito orgulho que dizia que a CULT foi a primeira a ver as cartas educativas de todos os municípios homologadas. O facto da CULT ter terminado o Projecto Ribatejo Digital, com uma taxa de execução final de 95,5%, também o dizia com algum orgulho. Lembrou também que a CULT entregou na CCDR a reformulação do projecto das Águas, embora tenha sido acusada de alguma negligência no que diz respeito a este projecto. A CULT conseguiu também a aprovação da candidatura da primeira fase da Banda Larga, no valor de 1 milhão e meio de Euros. Tem ainda participado activamente em muitas apresentações e muitas discussões na CCDR-Alentejo acerca do QREN e também na discussão de algumas formas de gestão. Recordou que a regulamentação dos fundos tem demorado e tem sido pouco explícita a forma como os municípios vão ter à disposição fundos do QREN. Apesar de tudo, a CULT tem, tanto quanto possível, contribuído para a discussão, por achar que é de interesse mais que importante para todos. Terminou a sua intervenção dizendo a CULT continuou a elaboração do seu plano estratégico, evidentemente sempre condicionada por aquilo que vai sabendo acerca da gestão e dos valores do QREN. Foram alguns aspectos que a CULT achou relevantes mencionar na actividade de 2006.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Mota (PS)**, registando com bastante agrado a forma como o documento foi elaborado e dando os parabéns aos técnicos que colaboraram na execução do documento. Prosseguiu dizendo que, na execução orçamental, o total de receitas foi de 12 milhões 714 mil

Euros, das quais 87,73% são receitas de capital e 12,26% são receitas correntes. No tocante à despesa, que totalizou 12 milhões 902 mil Euros, 89,74% são despesas de capital e apenas 10,26% são despesas correntes. Referiu com agrado o facto de no âmbito do QCA III, medidas 1, 2 e 3 do PORLVT, se terem realizado na CULT sete reuniões da Unidade de Gestão, com a aprovação de 31 novas candidaturas e 14 reformulações, num total de 45 situações, para um investimento de 8 milhões 811 mil Euros, com a comparticipação de FEDER no montante 5 milhões 306 mil Euros. Mostrou algum desagrado pelos desvios orçamentais, nomeadamente os desvios na receita que, no entanto, vêm devidamente justificados. A CULT recebeu menos 30 milhões 796 mil Euros do que estava previsto receber, ou seja, 70,78% dos meios que julgava disponibilizados, tendo as maiores diferenças ocorrido nas receitas de capital – 72,52%. Tal diferença deve-se ao facto de a verba inscrita dizer respeito ao que estava estabelecido no programa financeiro da candidatura ao Fundo de Coesão, a qual não foi concretizada. Ainda no que toca a desvios, na despesa a justificação é a seguinte: a CULT teve uma diferença global entre despesas previstas e despesas realizadas de 71,18%, sendo maioritário nas despesas de capital - 72,18%. Tal diferença deve-se ao facto de, no respeitante à candidatura ao Fundo de Coesão, Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Águas e Saneamento da Lezíria do Tejo – 1ª Fase, a verba inscrita dizer respeito ao que está estabelecido no cronograma financeiro da candidatura ao Fundo de Coesão, tendo a CULT ao longo do ano lançado uma série de concursos para elaboração de projectos técnicos e para obras. O senhor Deputado fez de seguida referência à proposta de aplicação de resultados, onde poderiam ser induzidos em erro. No entanto, o senhor Deputado disse já ter pedido uma explicação ao Dr. Ricardo Portela. Assim, no resultado líquido, num montante de 512 mil 411 Euros, a proposta é para que seja transferido para a conta 59, que são resultados transitados. Posteriormente, a conta de resultados transitados será saldada por transferência de 30 mil Euros para reservas legais e dos restantes 482 mil 411

Euros para reforço do património.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Colaço (BE)**, dizendo que reside no Casal D'Além, que vem referido na página 12 do relatório de actividades da CULT de 2006. O Senhor Deputado afirmou que no Casal D'Além, até Dezembro de 2006, não havia nenhuma rotunda nascente nem arranjos exteriores. Essa obra, a existir, terá sido em Vila Nova de São Pedro.---

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Luísa Pato (PSD)**, agradecendo o facto das fotografias estarem identificadas, tal como tinha solicitado em sessão anterior. Seguidamente, mencionou a página 18, em que aparece o projecto do reforço de rede de águas e saneamento doméstico e pluvial do Cartaxo e esclareceu que o elemento de betão está torto, mas não foi devido à obra em causa. Disse ainda que, no que toca à promoção dos vinhos do Ribatejo e a propósito do Festival Nacional de Vinhos, em que o senhor Presidente da Junta da CULT disse numa Assembleia da CULT que ainda não tinha nenhuma factura, a senhora Deputada disse constatar com alegria que continua a não ter nenhuma factura e que, portanto, não há qualquer irregularidade.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Luís Manuel Leandro da Silva (PSD)**, dizendo que, no final da página 4, quanto à integração em SIG dos Planos Directores Municipais, constatou que alguns estão concluídos e outros em fase de conclusão. Faltava, no entanto, o município de Azambuja. Pretendeu saber qual a situação em que este município se encontra.-----

--- Usou da palavra o senhor **Administrador Executivo da CULT, António Torres**, dizendo que o relatório tem a informação de todas as visitas em obra que os técnicos da CULT fazem em termos de segurança. O senhor Administrador disse não conseguir saber de imediato se a obra seria na freguesia de Vila Nova de São Pedro ou em Casal D'Além. Assim, iria anotar o pedido e daria posteriormente a informação ao senhor Deputado Francisco Colaço. Seguidamente, afirmou que a CULT já digitalizou todos os PDM's. Outra componente é a integração em SIG. Em vários municípios é possível ir à Internet, aos sites dos respectivos municípios e consultar plantas de

condicionantes, etc. No caso da Azambuja, o trabalho de rasterização e vectorização está feito. Está a ser feita a integração em SIG, para colocar depois da Internet, com vista a consulta. Adiantou que este trabalho tem sido feito em colaboração entre os técnicos da CULT e os técnicos municipais.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, Joaquim de Sousa Gomes (PS)**, aceitando os parabéns da senhora Deputada Luísa Pato. A CULT, no ano passado, na altura da revisão orçamental, tinha dito que no fundo emprestava o seu nome para a movimentação de despesas do Festival Nacional de Vinhos. Não foi realmente emitida nenhuma factura em nome da CULT, a CULT não chegou a emprestar o nome, visto que foram outros parceiros que pagaram as facturas daquele festival.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, colocando uma questão relativamente ao Plano Plurianual de Investimentos, no que toca ao projecto Águas do Ribatejo. Na página 57, na execução do PPI existe um montante previsto total de 81 milhões 818 mil Euros. Queria perceber se este valor corresponderá ao total do investimento dos nove municípios e qual a parte correspondente a saneamento e a parte correspondente a águas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António José Rodrigues (CDU)**, lembrando a questão colocada pelo senhor Deputado Francisco Colaço, em relação à página 12 do relatório. Sendo do município de Azambuja, disse ter conhecimento deste assunto por inerência de outros cargos, nomeadamente na Assembleia Municipal de Azambuja. Assim, a mencionada rotunda nascente e arranjos exteriores dizem respeito à freguesia de Azambuja. Trata-se da rotunda nascente da estrada que vai do Cartaxo para Azambuja.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, Joaquim de Sousa Gomes (PS)**, respondendo ao senhor Deputado João Lopes e explicando que o valor mencionado corresponde apenas ao saneamento.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, dizendo ter visto numa acta da CULT que o investimento, no que toca ao saneamento, seria 41 milhões de Euros, dos quais 28 milhões de Euros corresponderiam ao

financiamento aprovado. Como 41 não joga com 80, o senhor Deputado quis tentar perceber os números.-----

--- Usou da palavra o senhor **Administrador Executivo da CULT, António Torres**, dizendo que até nisso a CULT foi pioneira, ou seja, na verticalização e em sistemas horizontais: alta e baixa, águas e esgotos. Prosseguiu dizendo que a CULT tem uma verba para estações de tratamento de 41,828 milhões de Euros, que é o montante que está aprovado pelo Fundo de Coesão em termos de investimento total, do qual a CULT tem uma comparticipação de 28 milhões de Euros de Fundo de Coesão. No que diz respeito ao montante de 38 milhões de Euros, refere-se aos sistemas de saneamento em baixa. Por exemplo, na Carregueira/Pinheiro Grande, a estação de tratamento sairá pela rubrica dos 41 milhões de Euros, mas rede de colectores de saneamento em baixa sairá pela rubrica de cima.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, solicitando à Junta da CULT que providenciasse um microfone portátil para cada uma das bancadas, para se evitarem partilhas pouco práticas de material e facilitar o trabalho de quem tem que fazer a transcrição das actas. Solicitou de seguida aos senhores Deputados que efectuassem as últimas questões e à Junta da CULT que desse os últimos esclarecimentos. -----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, dizendo que está indicado no PPI, tal como é obrigatório, a fonte de financiamento. Portanto, 71% da fonte de financiamento para os mencionados 41 milhões de Euros, vai dar os tais cerca de 28 milhões de Euros que tinham sido referidos antes e que são dados como aprovados. Mas as outras verbas também aparecem sempre como aprovadas. O senhor Deputado questionou se tal tinha a ver com a expectativa.-

--- Usou da palavra o senhor **Administrador Executivo da CULT, António Torres**, e, em resposta ao senhor Deputado João Lopes, afirmou que efectivamente é na expectativa do actual Quadro, com o reforço da Reserva de Eficiência que foi para saneamento e também prevendo o apoio para o investimento em termos dos sistemas de saneamento em baixa, por forma a

que se consiga o objectivo ainda melhor de aliviar o futuro estudo de viabilidade económica para os sete. Quanto mais investimento comparticipado a CULT conseguir, mais melhora a tarifa a praticar aos munícipes.-----

--- Colocado à votação o Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos - Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas, referentes ao ano de 2006, o mesmo foi **APROVADO POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

---- Votos a favor: 21 (PS, CDU e BE);-----

---- Abstenções: 5 (PSD E CDS-PP).-----

---- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, dizendo que, relativamente às contas, a perspectiva do PSD era a de que no Relatório e Contas avalia-se a gestão do executivo durante o exercício. É uma avaliação de performance e nunca um documento meramente contabilístico. O senhor Deputado, em nome do PSD, referiu que há bastantes aspectos positivos no que toca a estas contas: a redução de 34% nos custos com pessoal e a execução orçamental melhorou ligeiramente relativamente ao ano de 2005, apesar de continuar a ser bastante má – cerca de 30%. Mas o PSD compreende que a CULT não é a única responsável pela sua não execução, dado que em muitos casos a CULT actua como gestora de Fundos, ligada a projectos onde as autarquias têm os seus timings próprios para avançar com os mesmos. Também é positivo o facto de neste ano ter havido o equilíbrio no que toca à poupança corrente, em que as receitas correntes foram superiores às despesas correntes, tendo o défice global apresentado um valor bastante baixo e em termos percentuais. Também do ponto de vista técnico, o PSD considerou que as contas da CULT estão muito bem elaboradas. Aliás, acha que a CULT deveria dar acções de formação sobre o tema. Com certeza que haveria muitos municípios que bem precisariam. Do ponto de vista mais negativo, o PSD verificou uma degradação geral da situação financeira e da situação económica das contas, mas não atingiu um nível alarmante. No entanto, em 2006 falhou o projecto mais marcante da CULT, a criação da empresa Águas do Ribatejo. Não

houve execução de um projecto que a CULT se propôs a fazer. Logo, o PSD não pôde votar favoravelmente as contas.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS)**, agradecendo aos senhores deputados e à Junta da CULT, bem como a todos os presentes, a disponibilidade de todos. Aproveitou para desejar também a todos um Bom Natal e um bom ano de 2007, com muita saúde e muitos sucessos pessoais e profissionais, e com votos de que em 2007 se possa realizar na Assembleia da CULT um trabalho profícuo, a bem do desenvolvimento dos municípios da Lezíria do Tejo.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, Joaquim de Sousa Gomes (PS)**, desejando também a todos os presentes um Feliz Natal e um bom Ano de 2007. Estendeu os votos aos funcionários da CULT, para que todos tenham um ano feliz e um bom Natal.-----

--- Não se verificando a existência de intervenções por parte do público presente, e nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia da CULT deu por encerrada a sessão da Assembleia da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada por mim, Clara Cristina Simões Lopes, \_\_\_\_\_ que a redigi e subscrevi e pelos Presidente e Vice Presidentes da Mesa.-----

---O PRESIDENTE \_\_\_\_\_

---O VICE PRESIDENTE \_\_\_\_\_

---O VICE PRESIDENTE \_\_\_\_\_